

O PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA: 1964 - 1993¹

Claudia Neves da Silva²

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar as ações do poder público municipal de Londrina para atender à demanda que se coloca na área da assistência social, no período que se estende de 1964 a 1993.

Palavras-chave: Assistência Social, Estado, Poder Público Municipal

O ano de 1964 marcou o nascimento de um novo período na história recente do Brasil. Um governo eleito por via direta foi deposto, assumindo em seu lugar um general, com o apoio da burguesia financeira e industrial, nacional e estrangeira.

Trabalhadores rurais e urbanos foram excluídos desta nova ordem política e econômica, cabendo-lhes o papel de instrumento para a acumulação capitalista. Por consequência, sua situação deteriorou-se ainda mais, principalmente a partir do período do chamado “milagre econômico”, 1968 - 1973, quando se registraram altas taxas de crescimento, com amplo programa de investimentos do Estado na economia e aumento dos investimentos estrangeiros, ocasionando o aumento da produção e das exportações, possibilitando assim, o crescimento do Produto Interno Bruto.

¹ Este artigo é uma versão parcialmente modificada do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado: “Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrina (1964 - 1988)” UNESP/Assis - SP, 1999.

² Professora do Departamento de Serviço Social da UEL, Mestre em História pela UNESP/Assis, SP

O chamado “milagre econômico” brasileiro não ocorreu por “obra divina”, mas a partir de ações na área econômica, que assentaram as bases materiais para assegurar a supremacia da burguesia industrial e financeira.

As grandes empresas multinacionais passaram a receber grandes financiamentos por parte do governo para aumentar a produção, as taxas de lucro e ampliar o mercado consumidor, através das facilidades de crédito para compra de bens de consumo, como carros e eletrodomésticos por parte da classe média, provocando, desta forma, a oligopolização da economia brasileira, com o fechamento de pequenas e médias empresas nacionais, já que estas não obtiveram as mesmas facilidades, como financiamentos com juros baixos, para produção e venda de seus produtos (OLIVEIRA, 1981).

O subsídio às exportações foi outra medida adotada, objetivando aumentar as reservas nacionais para ter maior capacidade de barganha para compra e venda no mercado internacional. Com isso, a economia brasileira tornou-se ainda mais dependente do mercado internacional, pois, para manter o equilíbrio entre importação e exportação, incentivou-se esta última, tomando-se emprestado no exterior para financiar as exportações (OLIVEIRA, 1981).

O arrocho salarial foi outra base para o “milagre”, adotando o governo uma política salarial seletiva, na qual ficou estabelecido um “teto” salarial para as categorias profissionais, bem como o fim da estabilidade no emprego, com a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a alta rotatividade de mão-de-obra como consequência. Com a fusão dos antigos institutos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), deu-se uma maior dependência dos trabalhadores às autoridades patronais, sindicais e previdenciárias.

Os sindicatos ou foram fechados ou sofreram intervenção ou tiveram que se atrelar ao Estado, assumindo funções médico-assistencialistas. Concomitante a esta transformação dos sindicatos em “entidades assistenciais”, deu-se incentivo à criação de secretarias estaduais e municipais de assistência social, já que a preocupação com os problemas sociais passou a fazer parte do discurso oficial. De acordo com MESTRINER (1992: 69):

Ao final da década de 60, o desenvolvimento social já fazia parte do discurso dos governantes. As prefeituras

municipais implementam o atendimento ao social, quer como serviço complementar ao próprio gabinete do Prefeito, ou junto às secretarias afins, ou mesmo como setor independente.

Como podemos observar, a política econômica adotada favoreceu à burguesia industrial e financeira, mas não se refletiu para toda a população brasileira, principalmente para a classe trabalhadora, haja vista os baixos salários, o desemprego, a impossibilidade de acesso a bens e serviços sociais urbanos, como educação, saúde, habitação, transporte coletivo eficiente.

Como consequência de todos esses fatores, houve uma elevação da produtividade do trabalho e um aumento nas taxas de lucro do grande capital. De acordo com OLIVEIRA (1981: 70):

Sem embargo, a repressão salarial é um fato. Onde vai parar, pois, o superexcedente arrancado aos trabalhadores e a que fins ele serve dentro do sistema? Aqui se pré-esboça sinteticamente a resposta: o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará no sistema, a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se.

Sem dúvida, a instalação de uma ditadura militar foi fundamental para impor um modelo econômico voltado para os interesses do grande capital, nacional e internacional, o qual determinou às Forças Armadas a manutenção da segurança nacional, visto que a ela era creditada, por este, tal prerrogativa.

A contar da década de setenta, a economia já apresentava sinais de esgotamento. O Brasil entrou em um período de crise econômica, com redução nas taxas de crescimento, provocada pela queda da produção industrial e das exportações, bem como pela queda no consumo.

O regime militar também passou a sofrer perda de legitimidade política em razão, dentre outros motivos, do desmascaramento do discurso falaz sobre o grau de eficiência e racionalidade na condução da política econômica, o qual já não poderia ser mais reproduzido. De acordo com ALVES (1985: 156):

O 'milagre econômico' não só não aliviou os sérios problemas de pobreza e sofrimentos extremos, de privação dos mais elementares recursos na maioria da população, como, sob muitos aspectos, agravou-os. E este enorme sacrifício não foi seguido de qualquer compensação após o 'milagre': o processo de empobrecimento e concentração de renda prossegue atualmente.

Foi nesse período também que se deu a ascensão de movimentos contra o descaso do poder público no que se refere aos problemas do cotidiano das comunidades. Estes movimentos nasceram tendo por objetivo a luta pelo direito à cidadania, buscando do Estado melhorias dos serviços de consumo coletivo, tais como creches, escolas, transporte eficiente, hospitais, segurança e habitação, ou seja, movimentos que se davam na esfera da reprodução da força de trabalho (JACOBI, 1987).

O Município de Londrina no período do “milagre econômico”

Detendo-nos mais particularmente no município de Londrina, cidade localizada no norte do Paraná, nas décadas de sessenta e setenta as mudanças econômicas deram-se a começar pela erradicação da cultura do café, com a introdução de novas culturas, como o trigo e, posteriormente, a soja, ambas mecanizadas, que, se por um lado possibilitaram o aumento da produção, por outro provocaram a saída de trabalhadores da lavoura, os quais se deslocaram para a cidade em busca de trabalho.

Este processo de urbanização implicou novas necessidades referentes à qualidade de vida, como a ampliação dos serviços de infraestrutura básica: água, esgoto, transporte, habitação, educação, saúde, lazer.

Com a crise econômica, o cotidiano dos habitantes do município de Londrina também foi afetado, pois com o disparo da inflação, com o desemprego generalizado, com a queda dos salários e da qualidade de vida dos trabalhadores urbanos e rurais, ampliou-se o número de crianças e jovens nas ruas, de idosos e famílias sem moradia.

A população urbana já atingia 68.42%, o que não significava aumento na oferta de emprego. O café ainda era a base econômica do

município, mas ia ganhando força a produção de soja, algodão, rami, milho, trigo, arroz e feijão; e a agropecuária respondia por 20% da geração de renda do município (ASSARI & TUMA, 1978).

Com a aceleração do processo de urbanização, concomitante à expansão econômica, houve um grande estímulo para a instalação de indústrias no município e também a ampliação do comércio, com aumento dos setores varejista e atacadista. Houve destaque também para o setor de serviços, como hospitais, creches e escolas, faculdades, atraindo novos moradores e consumidores de cidades próximas.

É importante destacarmos que este desempenho da economia londrinense, com suas conseqüências favoráveis, limitou-se à elite econômica do município, ou seja, os grandes fazendeiros e os empresários, e à classe média, tendo em vista que esta expansão industrial não significou expansão na oferta de emprego. Ao contrário, exigiu da prefeitura de Londrina ações que iam além da repressão policial contra aqueles que estavam excluídos do mercado de trabalho.

Diante do aumento da pobreza e pressionada pela elite econômica e pela classe média, assustadas com este aumento, a prefeitura criou alguns serviços na área social, como o Serviço de Assistência Médica Municipal, em 1964, e o Pronto-Socorro Odontológico, em convênio com a Faculdade Estadual de Odontologia. Também foi organizada a Companhia de Habitação, a COHAB. Em 1969, o prefeito criou a Secretaria de Bem-Estar Social, surgindo pela primeira vez um departamento voltado exclusivamente para tratar das seqüelas da questão social (ASSARI & TUMA, 1978).

Londrina afirmava-se como pólo econômico da região norte do Paraná. Mas, o título que ostentava na década de 50 como “Capital Mundial do Café” ou “Eldorado” já não fazia parte do discurso ideológico daqueles que se encontravam no poder, pois o desemprego, o aumento do número de favelas, de crianças abandonadas e da violência desmentiam e impediam qualquer tentativa de ressuscitar o discurso que apresentava Londrina como terra de grandes oportunidades para quem quisesse trabalhar e enriquecer com o fruto de seu trabalho (NETO, 1993).

Na década de 80, constatamos que a situação social e econômica de Londrina continuou a deteriorar-se. Se, por um lado, as indústrias aqui instaladas e o setor terciário necessitavam de mão-de-obra, tornando Londrina atrativa para os trabalhadores de cidades vizinhas,

por outro lado, isso não foi suficiente para evitar que muitos fossem para o setor informal ou ficassem desempregados, buscando alternativas de sobrevivência.

Londrina: Política de Assistência Social X Determinação da Política Econômica

Ao mesmo tempo que o Brasil mergulhava em mais uma crise econômica e política, não por mera coincidência, o governo de Londrina ampliava a sua ação na área da assistência social, com o aumento do número de entidades sociais filantrópicas subvencionadas por recursos municipais, na década de 60, não havendo, no entanto, uma contrapartida do governo para a criação de programas e instituições públicas voltadas para o atendimento às necessidades mínimas da população excluída do mercado de trabalho, isto é, idosos, crianças, deficientes físicos e mentais e famílias sem moradias.

Além disso, constatamos que os recursos para o Departamento de Educação e Assistência Social (DEAS) eram reduzidos, conforme podemos observar na tabela 01, comparados com os de outros departamentos ou secretarias.

Tabela 1: Recursos da Prefeitura de Londrina para o Dpto de Educação e Assistência Social

Ano	Adm. Direta %	D.E.A.S.
1964	91,03	08,97
1965	89,74	10,26
1966	86,64	11,30
1967	95,23	04,77
1968	83,72	16,28
1969	96,40	03,60

Fonte: Orçamento da Prefeitura de Londrina, 1964 - 1969

É importante frisarmos que este departamento tinha sob sua responsabilidade o ambulatório municipal, o ensino primário, os órgãos de cultura, os parques infantis e encargos diversos, como pagamento de pessoal, serviços de terceiros e, por fim, subvenções às entidades de saúde pública e assistência social.

O que mais nos chamou a atenção no detalhamento do orçamento do DEAS foi o fato de que os recursos para a assistência social eram ainda menores, o que indica a pouca importância que o poder público dispensava a esta área, obrigando a comunidade a assumir a responsabilidade pelos problemas enfrentados pelas famílias e indivíduos carentes de recursos, bens e serviços (cf. tabela 02).

Tabela 2: Orçamento do Departamento de Educação e Assistência Social

Ano	Assist. Social %	Outras Des
1964	18,38	81,62
1965	17,54	82,46
1966	15,94	84,06
1967	32,11	67,89
1968	10,82	89,18
1969	37,80	62,20

Fonte: Orçamento do Departamento de Educação e Assistência Social, 1964 - 1969

Todavia, não houve contrapartida do governo para a criação de programas e instituições públicas voltadas para o atendimento às necessidades mínimas da população excluída do mercado de trabalho.

Transferindo recursos para as instituições não-governamentais, o governo municipal reconhecia não poder prescindir da ação destas instituições e, ao mesmo tempo, reforçava a hegemonia da filantropia na área da assistência.

Essa negligência do poder público de Londrina no trato da questão social, não se caracterizava como uma exceção. Ao contrário, refletia o procedimento do Estado brasileiro, nas esferas federal e

estadual, quanto às políticas sociais, ou seja, o pouco destaque que lhes dava na agenda governamental (procedimento que poucas alterações sofreu ao longo dos últimos 30 anos), tendo em vista que tudo era subordinado à ótica da rentabilidade, isto é, ao retorno financeiro imediato do que fora investido.

Dessa forma, o Estado contribuía para reforçar ainda mais a idéia de assistência enquanto um ato de ajuda, benevolência e caridade ao próximo, negando a possibilidade de a assistência vir a tornar-se um compromisso do governo, exigência para a expansão da cidadania daqueles que não eram considerados cidadãos.

O aparato estatal valorizava as iniciativas da comunidade no que se referia a assistência aos excluídos, possibilitando o acesso aos recursos municipais, ao mesmo tempo, exercendo uma fiscalização na aplicação destes recursos, através de técnicos da área social, como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos. Segundo SPOSATI (1986: 89):

O 'enquadramento' da entidade social nas prioridades governamentais. O que termina, para a entidade, sendo uma ruptura com muitos dos propósitos filantrópicos espiritualistas pelos quais foi criada, e que unificam as intenções do grupo de pessoas que mantém. Para o serviço público, muitas vezes o gesto filantrópico presente nesta rede acaba por consagrar a tutela, a benevolência e o assistencialismo como postura de ajuda.

No mesmo período em que o Brasil vivia o auge do “milagre econômico”, o poder público municipal de Londrina criava a Secretaria de Saúde e Promoção Social, em 1974, com um departamento voltado para a assistência social. Todavia, este ato político não representou aumento no repasse de verbas para esta área. Podemos observar na tabela 03, que houve uma grande variação de recursos destinados a esta Secretaria, sendo que estes reduziram-se significativamente a partir da segunda metade da década de 70, correspondendo, justamente ao período em que chegou ao fim o chamado “milagre”, dando lugar a uma crise econômica da qual Londrina não ficou imune.

Tabela 3: Orçamento da P.M.L. para a Secretaria de Saúde e Promoção Social

Ano	Adm. Direta %	S.S.P.S.
1970	87.92	12.08
1971	86.12	13.88
1972	84.13	15.87
1973	80.24	19.76
1974	91.95	08.05
1975	95.70	04.30
1976	97.48	02.52
1977	96.14	03.86
1978	97.67	02.33
1979	98.69	01.31

Fonte: Orçamento do Município de Londrina, 1970 - 1979

Por outro lado, o orçamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social previa menos de 38% de seus recursos financeiros para o departamento de serviço social, e o destino destes era exclusivamente para subvencionar as entidades filantrópicas, religiosas ou não³. Continuava o poder público municipal, portanto, negligenciando o atendimento à população carente e transferindo para a comunidade, isto é, para as entidades filantrópicas e ações voluntárias, esta responsabilidade.

Nos anos 80, constatamos, pelo orçamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social, que se manteve a tendência de redução nas áreas de saúde e assistência social, cujo percentual nunca foi superior a 3% (cf. tabela 04). Londrina, como não poderia deixar de ser, também estava sofrendo os reflexos do que ocorria em nível federal, pois, houve neste período, uma drástica redução de recursos para financiar a área social, em consequência do agravamento da crise econômica.

³ Durante os anos de 1974 a 1977, a Secretaria de Saúde e Promoção Social repassou verbas para o hospital da Fundação Universidade Estadual de Londrina para atendimento a mendigos, representando mais de 30% de todo o recurso para a área da assistência social.

Tabela 04: Orçamento da Prefeitura de Londrina para a S.S.P.S.

Ano	Adm. direta %	
1980	98.88	
1981	98.49	
1982	98.29	
1983	98.03	
1984	98.06	
1985	98.33	
1986	98.00	
1987	96.96	
1988	97.10	

Fonte: Orçamento da Prefeitura de Londrina, 1980 - 1988

No discurso oficial, declarava-se que as políticas sociais deveriam ter o mesmo status que a política econômica, como possibilidade de “resgate da dívida social”. Mas, o que constatamos é que, no interior da S.S.P.S., o Departamento de Serviço Social disputava recursos com outros setores, como o gabinete do secretário, o serviço de administração, o departamento de saúde coletiva, com suas outras divisões e com a divisão de recreação orientada, além de encargos diversos, como pagamento de terceiros, compra de material, pagamento de pessoal.

Como podemos observar, uma vez mais, o orçamento para o departamento de serviço social era inferior à demanda que se apresentava, expondo a ambigüidade desta área, ou seja, um poderoso instrumento para camuflar a questão social, mas sendo tratada como uma prática desqualificada no contexto político.

Um outro fato ocorreu neste período, que acreditamos decorrente do agravamento da crise econômica: o aumento de entidades assistenciais especialmente aquelas ligadas à Igreja Católica, o que pode também ter cooperado para a redução de recursos municipais para esta área, uma vez que a assistência social à população era percebida como uma ação caritativa e voluntária.

Esta situação, acreditamos, possibilitou à Igreja Católica continuar impondo sua perspectiva de assistência, ou seja, a idéia de uma prática caridosa para com as vítimas do infortúnio, as quais não têm capacidade de manterem a si e a sua família. Esta imposição acabou por refletir-se na implementação de uma política social de assistência, possibilitando ao poder público municipal transferir para a rede de solidariedade da sociedade civil, principalmente para as entidades ligadas às igrejas, de qualquer denominação, o atendimento aos excluídos sociais, omitindo-se em sua responsabilidade no trato da questão social.

A rede de solidariedade da sociedade civil

De acordo com SPOSATI (1991), a rede de solidariedade da sociedade civil substitui o Estado na proteção social aos excluídos do trabalho, do acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade. Desta forma, torna-se a rede, o sustentáculo desta proteção, possibilitando ao Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, omitir-se na implantação e gerenciamento de uma política pública de assistência social.

A intervenção estatal no campo assistencial, segundo SPOSATI (1988), reveste o caráter de ações descomprometidas do conjunto das ações sociais governamentais, isto é, a ação governamental não é vista como consequência econômica, social e política da desigualdade social e das precárias condições de trabalho, mas como um comportamento pragmático, no campo do emergencial e providencial. Nesta perspectiva, a atenção à pobreza é vista como controladora das tensões sociais, não como um serviço estatal para assegurar direitos aos desassistidos.

No entanto, os serviços públicos de assistência social, se por um lado representam um possível uso político por parte dos dirigentes, por outro lado constituem um reconhecimento, pelo poder público, da miséria daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Tão grande miséria exige dos governantes o atendimento, mesmo que eventual, das necessidades mais urgentes dos segmentos populares (SPOSATI, 1991).

Todavia, este reconhecimento não se deu espontaneamente, mas sob pressão das organizações populares. A emergência dos movimentos sociais na década de 70, reivindicando melhorias nos serviços de saúde,

educação, habitação, saneamento básico, transporte de qualidade pode ser apresentado como exemplo de pressão, que exigiu do Estado respostas concretas a estas demandas (JACOBI, 1987).

Os novos mandatários do Poder Executivo, após a instauração de um governo civil, a denominada Nova República, definiram como prioridade a área social, pois esta havia sido, conforme o novo discurso oficial, relegada a segundo plano ao longo dos anos, admitindo-se assim a existência de uma dívida social a ser resgatada.

De acordo com VIANNA (1989: 21) as intenções de mudança no enfrentamento da questão social era percebida pelo discurso da descentralização na execução e controle dos programas sociais, na integração das diversas políticas sociais, na democratização do acesso aos bens e serviços públicos e também no maior comprometimento de recursos no financiamento das políticas sociais. Entretanto, com o passar do tempo, observou-se que as intenções de mudanças estavam longe de se concretizarem.

Não obstante a repetição dos problemas e distorções das ações governamentais da Nova República na área social, como a alocação de baixos recursos financeiros e sua pulverização para diferentes políticas sociais, não obstante seu caráter assistencialista, autoritário e emergencial, os movimentos e grupos sociais e as organizações populares garantiram, não sem pressão e lutas na Assembléia Nacional Constituinte, a ampliação dos direitos sociais a todos os cidadãos brasileiros, independente de sua condição de contribuinte ou não, empregado ou não.

A saúde, previdência e assistência social passaram a fazer parte da seguridade social. Esta foi a primeira vez em que foi garantida na Constituição Federal, a assistência social a todos que dela necessitassem, conforme determina o artigo 203: *A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social...*

Em dezembro de 1993 foi regulamentado o artigo 203, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que determinou a criação de Conselhos de Assistência Social nas esferas federal, estadual e municipal, onde se deve dar a formulação e gerenciamento das políticas de ação voltadas para a área da assistência social e a definição e repasse de recursos financeiros, o que possibilitaria retirar-lhe o caráter de ações fragmentadas e utilizadas por aqueles cujo objetivo é promover-se politicamente a partir da miséria da população (SPOSATI, 1991).

Ainda em 1993, foi instituído o Conselho Nacional de Assistência Social, conforme determinação da LOAS, com representantes do poder público e da sociedade civil⁴.

Considerações Finais

Podemos concluir do exposto, que a lei existe e já foi regulamentada. Tanto na esfera federal, como na esfera municipal, houve uma tentativa de tornar pública a assistência social. Porém, a tendência em reforçar as entidades filantrópicas não se desfaz por um simples decreto. Ainda permanecem ações de caráter solidário e voluntário neste campo.

Os mandatários do poder executivo do município de Londrina, em uma tentativa em estar em consonância com as determinações da lei, em 1993 implantou a Secretaria de Ação Social, cujo objetivo é a prestação e garantia da assistência à população carente de bens e serviços, implementados por técnicos da área social, como assistentes sociais, educadores sociais, pedagogos, psicólogos, sociólogos.

Criou-se, portanto, maior estrutura técnica e financeira para a área da assistência social. Porém, a política adotada foi a de manter parcerias com o setor não-governamental, pois, apesar da ampliação de serviços nesta área, mantiveram-se altas subvenções para o setor privado.

Pressupõe-se que a superação desta tendência somente será possível quando se der a quebra da hegemonia da filantropia na área da assistência social, desfazendo-se assim, a concepção de assistência como assistencialismo, com a implantação de um efetivo controle social dos serviços prestados pelo poder público.

⁴ Em Londrina, no ano de 1994 foi aprovada a lei 6.007, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse the Municipal Public Administration in Londrina, oriented to the social assistance claims, during the period of 1964 - 1993.

Keywords: Social Assistance, State, Municipal Public Administration

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, M.H.M. *Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984)*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 337p.

ARIAS NETO, J.M. *O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná - 1930 - 1975*. São Paulo, 1993. 337p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo.

ASSARI, A.Y. & TUMA, M.M. *Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais de Londrina*. Documento-consulta. Prefeitura do Município de Londrina, Secretaria Municipal de Educação, Londrina, dezembro de 1978.

CESÁRIO, A.C.C. *Industrialização e pequenos empresários em Londrina*. Curitiba: Grafipar em co-edição com a Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

JACOBI, P.R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11 - 23.

MENDONÇA, S. R. & FONTES, V. M. *História do Brasil recente 1964 - 1992*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996. 110p.

MESTRINER, L.M. *Assistência e seguridade social: oposições e aproximações*. São Paulo, 1992. 375 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 87p.

SPOSATI, A. (coord.). *A assistência social no Brasil 1983 - 1990*. São Paulo: Cortez, 1991. 94p.

SPOSATI, A. (et al). *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986. 112p.

SPOSATI, A. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988. 333p.

VIANNA, M.L.A. A emergente temática da política social na bibliografia brasileira. *BIB*, v. 28, p. 3 - 41, 1989.